





RESUMO

Análise das violências sexuais e verbais contra médicos durante a pandemia de COVID-19



Analysis of sexual and verbal violence against doctors during covid-19 pandemic

<u>Bhyatriz de Andrade Souza Pinheiro</u>¹, Bianca Modafari Godoy¹, Josyenne Assis Rodrigues¹, Luciana Contrera¹

¹ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS)

http://www.seer.uf ms.br/index.php/p ecibes/index

*Autor
correspondente:
Eliza Miranda
Bhyatriz de
Andrade Souza
Pinheiro,
Universidade
Federal de Mato
Grosso do Sul –
UFMS
E-mail do autor:
bhyatriz.andrade@u
fms.br

Palavraschave: Inteligência Violência no trabalho. Médico, COVID-19.

Keywords: Violence at work Doctor. COVID-19. Introdução: Estudos brasileiros demonstram que os profissionais médicos sofrem violência no ambiente de trabalho constantemente. Considerando a pandemia por COVID-19, no qual estes episódios tendem a se perpetuar com mais frequência, esse estudo teve como objetivo descrever os episódios de violência e suas medidas de prevenção no local de trabalho de profissionais médicos da Rede de Atenção à Saúde do município de Campo Grande/MS, durante a pandemia da COVID-19. Metodologia: Estudo transversal, que faz parte de uma pesquisa maior, oriunda de uma dissertação de mestrado, intitulada "AÇÕES DE PREVENÇÃO RELACIONADAS A VIOLÊNCIA NO LOCAL DE TRABALHO DOS TRABALHADORES DA ÁREA DA SAÚDE DA REDE DE ATENÇÃO À SAÚDE" realizada junto ao Programa de Pós-graduação em Enfermagem do Instituto Integrado de Saúde da UFMS, no qual os dados foram coletados em janeiro de 2021. A pesquisa seguiu o disposto na Resolução 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa e foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFMS sob o parecer nº 4.041.407. Fez parte da amostra somente os profissionais médicos da Rede de Atenção à Saúde de Campo Grande/MS de todos os distritos sanitários de saúde, totalizando 16 participantes. Para obtenção dos dados foi aplicado um questionário estruturado com variáveis de caracterização da população e um questionário semi-estruturado para avaliação da violência no trabalho, dos autores Bordignon e Monteiro (2015). O instrumento foi validado para o contexto brasileiro e é pautado pelo modelo estrutural da Organização Mundial da Saúde. Foi realizada análise descritiva dos dados. Resultados: A maioria dos participantes eram homens 68,7%; 56,3% dos participantes relataram terem sofrido algum tipo de violência; sendo 12,5% assédio sexual e 43,7% agressão verbal. Na violência verbal, as mulheres foram as principais agressoras, principalmente aquelas que ocupavam um cargo de chefia, coincidindo com todas as vítimas, que também eram mulheres. Quanto às medidas de prevenção citadas pelos profissionais, o desenvolvimento de um sistema de segurança eficaz, punições para os infratores, e a instalação de um sistema de monitorização 24 horas foram as principais necessidades apontadas pelas vítimas de violência ocupacional. Com referência às consequências aos profissionais médicos, os sentimentos de tristeza, estresse, choro, irritação, raiva e insatisfação com o trabalho foram os mais relatados. Além disso, o fato de não haver nenhum tipo de consequência aos agressores contribui ainda mais para a exacerbação destes sintomas. Conclusão: São necessárias melhorias nas medidas de prevenção, voltadas ao trabalhador, juntamente com ações educacionais e comportamentais a toda população, aliadas a valorização profissional e a sensibilização sobre a temática e a atenção e rigorosidade às punições aos agressores. Conclui-se que a prevenção da violência perpassa pela segurança do ambiente, saúde dos trabalhadores e o treinamento para prevenção. É essencial uma gestão adequada dos serviços de saúde como forma de prevenção às violências contra o trabalhador em seu local de trabalho.

Referências:

BORDIGNON, Maiara ; MONTEIRO, Maria Inês . Validade aparente de um questionário para avaliar a violência no trabalho. Acta Paul Enferm. , v. 6, pág. 601-608, novembro de 2015.

Lancman S, Ghirardi MIG, Castro ED de, Tuacek TA. Repercussões da violência na saúde mental de trabalhadores do Programa Saúde da Família. Revista de Saúde Pública. 2009 Aug;43(4):682–8.